

A Crise Estrutural do Capital, os Trabalhadores e o Serviço Social¹

Maria Cristina Soares Paniago²

I. Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar o rebatimento da crise estrutural do capital sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, e indicar de que forma isso repercute na postura teórico-crítica do Serviço Social diante dos seus desdobramentos sociais. O que de outro modo significa sinalizar como o Serviço Social tem reagido às alterações provocadas pela crise do capital na produção e distribuição da riqueza, e nos meios utilizados na luta pela eliminação da pobreza e da desigualdade social no Brasil.

Uma vez que o sistema do capital não funciona como um sistema de produção cuja tônica é a distribuição de riqueza, mas sim a concentração de riqueza, lei geral já devidamente desvendada por Marx no séc.XIX (Marx, 1983), quando o sistema entra em crise, conseqüentemente, um ainda maior afluxo de recursos se destina a sustentar a continuidade da acumulação do capital, e não às necessidades sociais do trabalho. Neste cenário, quando observamos as políticas sociais e a ação profissional na esfera pública, identificamos que essa tendência concentradora de recursos atua de forma negativa sob a ação profissional do assistente social, no sentido de deprimir a oferta dos serviços e recursos sociais numa conjuntura de demanda crescente, o que torna sua intervenção ainda mais impotente diante da grandeza dos problemas sociais que se avolumam.

A crise do sistema do capital tem um caráter estrutural (Mészáros, 2002), e, neste sentido, não se trata de renovar e adaptar as antigas estratégias de luta contra a desigualdade e a miséria a uma conjuntura desfavorável, supostamente passageira.

Enfrentamos a necessidade imperiosa de rever nossas formas de luta contra a desigualdade social, que mantém uma tendência de crescimento global, e para tal

¹ Artigo publicado na coletânea “Crise Contemporânea e Serviço Social”, organizada por Gilmaisa Costa, Rosa Prêdes e Reivan Souza. Edufal, Maceió, 2010.

² Profª doutora do Departamento de Serviço Social - Universidade Federal de Alagoas, Brasil - e-mail: cristinapaniago@yahoo.com.br e site: www.cristinapaniago.com

a investigação teórico-crítica deve dirigir-se à realidade como ela é, sem receio de se analisar (e se preciso for, de autocriticar-se) os avanços e as derrotas da luta democrática até aqui predominante, visando à realização de finalidades emancipatórias e igualitárias reais.

II. Fundamentos da Crise Estrutural³

Há um certo consenso em se reconhecer que o capitalismo passa a enfrentar enormes dificuldades para manter seu movimento expansivo, a partir dos anos 1970. Um novo período se abre com o aparecimento de entraves cada vez maiores à manutenção do crescimento das taxas de lucratividade do capital global, até então alcançadas. Falar em crise do capitalismo não se constitui em novidade, uma vez que desde que inaugurou sua fase madura tem enfrentado repetidas crises de acumulação e expansão, sempre solucionadas por um conjunto de medidas interventivas saneadoras das crises, que levaram à retomada da expansão, ainda que, por meio de estratégias violentas como as grandes guerras mundiais.

Todavia, a crise que enfrentamos, desde os anos 1970, apresenta características e efeitos de muito maior gravidade para o sistema do capital global. Da mesma forma, desenvolve-se num contexto histórico e econômico bastante diverso daquele que abrigou as crises anteriores. Vejamos.

O capital é valor que se autovaloriza, fruto de uma relação social baseada na exploração do trabalho pelos proprietários dos meios de produção – os capitalistas, em que o elemento propulsor de seu crescimento é a busca incessante e crescente de acumulação de valor, e a afirmação das condições de sua dominação através do controle absoluto sobre a extração do trabalho excedente do operário. As necessidades humanas são meros veículos para a realização do valor, não constituindo nenhum critério ou prioridade para a produção e acumulação de riqueza. Ou seja, é um sistema de produção voltado para a expansão e acumulação cega de capital, levando-o a ultrapassar todas as barreiras humano-sociais ou naturais que se ponham em seu caminho. As contradições e barreiras que se constituem no seio de um sistema de produção tão alienado e desumano, devem ser

³ De acordo com Mézáros (2002, p.100), a crise estrutural é entendida como uma crise cujas implicações afetam “o sistema do capital global não simplesmente sob um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo -, senão em todas suas dimensões fundamentais, questionando sua viabilidade como sistema reprodutivo social no todo.”

permanentemente suplantadas por uma nova expansão, eliminando-se assim os impedimentos ao permanente processo de valor que gera valor. A lógica do capital procura adotar na produção, no decorrer de sua história, todas as medidas adequadas ao aumento do excedente extraído através da mais-valia, e para isso tem que provocar um aumento crescente da produtividade (e das forças produtivas), ao mesmo tempo em que elimina trabalho vivo, ou seja, o trabalhador. Junto a isso, absorve de forma crescente e perdulária os recursos naturais necessários, renováveis e não-renováveis, à sustentação do aumento da produção, sem qualquer preocupação com os danos causados progressivamente à natureza e ao meio-ambiente.

Essa tendência geral do sistema do capital de expansão produtiva, a partir da metade do séc.XX, promoveu uma incorporação crescente de boa parte da classe trabalhadora através de sua participação no consumo de massa, trazendo-lhe alguns ganhos materiais, os quais se converteram nos meios de convencimento sustentadores da política de negociação de classe que caracterizou o *Welfare State*. Se é verdade que a luta da classe trabalhadora é o que move a história, não é menos verdade que as concessões materiais e legais implementadas neste período correspondiam à lógica keynesiana do WS, cujo objetivo era salvar o capital da crise das décadas de 20 e 30 (séc.XX). Neste sentido, a força dos trabalhadores ao "arrancar"⁴ do capital melhores condições de vida e trabalho, colaboraram para a revitalização do sistema como um todo, transformando uma aparente vitória do trabalho diante do capital em fortalecimento de seu domínio e de seu êxito. (Mészáros, 2002)

Aquele período caracterizado pela produção de massa, consumo de massa e crescimento do círculo de consumo, levando contingentes da classe trabalhadora e da classe média a um patamar de consumo antes inexistente, como também tornando-os beneficiários de políticas sociais de caráter universal e de direitos trabalhistas ampliados, segundo Mészáros (2002), não pôde ser mantido indefinidamente. Pois as medidas interventivas elaboradas para desobstruir os canais de acumulação e expansão do capital, dado o impedimento provocado pela contradição entre produção e realização, que tipifica a crise de superprodução de

⁴ Marx, em *O Capital*, ao analisar a vitória da classe trabalhadora na luta pela jornada de trabalho de 10 horas, indica, por outro lado, os meios utilizados pelo capital para se "ressarcir" de possíveis perdas, levando a produção capitalista a um crescimento da exploração do trabalho e da acumulação do capital total. Ver Paniago (2003).

valores de troca do sistema, apenas protelaram os efeitos da contradição não enfrentada em sua base causal. É próprio do sistema do capital tratar dos efeitos e conseqüências e não da causa enquanto causa. Obtém, assim, um período de recuperação e crescimento que se esgota juntamente com o efeito atenuador das medidas remediadoras implementadas. O esgotamento dos mercados e dos territórios a serem ocupados no último período expansionista, foi agravado pela ação do limite humano do consumo real, ampliado até tornar-se contraproducente.

Ainda que o *Welfare State* não tenha contribuído para a redução da desigualdade social mundial, para a redução do diferencial de exploração do trabalho entre países centrais e periféricos, para o crescimento e a radicalização progressiva da democracia no mundo, para o avanço do trabalho em direção a sua emancipação, gerou uma ilusão democrática de que através das conquistas políticas, sem alteração da base material de reprodução do sistema do capital, se poderia colocar limites à exploração do trabalho, e se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

O *Welfare State* não durou mais que 30 anos, numa história de quase três séculos do capitalismo maduro, e a supervalorização das conquistas (parciais e temporárias) obtidas pela classe trabalhadora (transformadas em vantagens pelo capital) levou a que um projeto democrático de expansão dos direitos sociais passasse a predominar como estratégia das forças de esquerda, marcando a estratégia profissional no Serviço Social vinculada à luta pela emancipação da classe trabalhadora de forma indelével.

A ilusão da expansão democrática sem limites no capitalismo, dependente apenas de uma correlação de forças a favor das classes trabalhadoras, sem consideração dos limites objetivos postos pelos imperativos da reprodução ampliada do capital (forma totalizadora de produção e reprodução sociais) impediu que as forças da esquerda democrática percebessem as mudanças substantivas que uma nova crise de acumulação impôs ao capital e às suas formas de dominação e exploração do trabalho. Aquele período dos "30 anos dourados", em que o ganho de produtividade do sistema favoreceu, ainda numa fase em que havia espaços no planeta a serem ocupados pelo capital, a incorporação de novos consumidores ao mercado global e a realização contínua do capital, estava em sintonia com a dinâmica expansiva do sistema como um todo. Os direitos e as conquistas sociais

do trabalho puderam se adequar à lógica do capital em face às altas taxas de crescimento.

No entanto, o esgotamento das medidas remediadoras keynesiana se impôs com o tempo, e um outro processo de crise se desenrola a partir dos anos 1970. Agora, agravado pelo agigantamento dos problemas e contradições antes não solucionados. O Neoliberalismo se impõe sobre a sociedade com toda a força de restrição e austeridade que a crise do sistema do capital exige.

Como se trata de um sistema de exploração do trabalho, o ônus da crise recai fundamentalmente sobre o trabalho. O que havia sido obtido como ganhos materiais no passado keynesiano é gradativamente retirado⁵, e as políticas sociais adotam um caráter focalista e seletivo, substituindo a concepção de proteção social universal e gratuita. A reação das forças do trabalho contra tais perdas é insuficiente, a despeito de alguns focos de resistência combativa, pois sua derrota enquanto força organizada de classe já havia sido obtida pela política de negociação entre as classes, pressuposto fundamental do período de "paz" reformista entre o capital e trabalho⁶, que vigorou nos países centrais e, tardiamente, nos países periféricos. Favorecida também pela ilusão democrática de tomada do poder do Estado por via eleitoral, numa concertação ampla de classes que garantiu a vitória da oposição, como ocorreu no Brasil com o PT. O arrefecimento da luta da classe trabalhadora foi a consequência inevitável.

O quadro imposto pelas exigências reprodutivas do capital passou a se caracterizar por uma inversão das estratégias de realização do capital superproduzido. A recuperação das taxas de lucratividade em queda levou o capital a uma corrida incessante à busca de aumentos de produtividade e, por consequência, à redução do trabalho vivo, acentuando a tendência ao desemprego estrutural. O efeito inevitável é o agravamento da contradição entre produção e circulação/consumo. O trabalhador é também consumidor, e na medida em que lhe é retirada a capacidade de compra, o capital recoloca em ação nova contradição contra si mesmo.

A saída encontrada vai implicar na aceleração do consumo no círculo de consumo já dado, reduzindo a vida útil das mercadorias, promovendo o consumo

⁵ “Ao fim, os remédios keynesianos tiveram que ser rejeitados nos ‘países capitalistas avançados’ do Ocidente, quando seus custos começaram a se tornar inadmissíveis.” (Mészáros, 2002, p.731)

⁶ Não se pode ignorar os efeitos desmobilizadores que o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim provocaram na desmobilização das organizações de classe dos trabalhadores.

perdulário e a produção destrutiva. (Mészáros, 2002) O que, segundo Gorz (1998, p.36), significou "produzir uma variedade crescente de produtos em prazos cada vez mais curtos, em quantidades reduzidas e a preços mais baixos". A reestruturação produtiva implementada pelo capital na busca da recuperação da lucratividade decrescente promoveu profundas alterações nos processos e relações de trabalho, infringindo perdas superlativas para a classe trabalhadora.

A base objetiva da lógica do sistema é que dá (ou retira) a sustentação das conquistas políticas do trabalho. Da mesma forma, este quadro de crise estrutural, e as necessidades reprodutivas do sistema como um todo, é que definem a "margem da ação transformadora" pela luta de classes. Se a ilusão democrática reformista prevaleceu num terreno favorável de crescimento do capital, as condições atuais da crise estrutural exigem uma reorientação da luta do trabalho por seus direitos. Mesmo as conquistas mais parciais só poderão ser realizadas numa luta contra o capital, pois não se trata de um cenário de restrições e austeridade de base conjuntural, ou passageira.

O capital não tem alternativa, a não ser acentuar a exploração sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que desemprega definitivamente boa parte dele. Como também não tem como evitar o uso destrutivo dos recursos naturais comprometendo a própria existência da humanidade. São estes desenvolvimentos da história do capitalismo, cujos sujeitos históricos estão subordinados a sua lógica imanente, que coloca a necessidade da superação do capital⁷, como estratégia inevitável de nossa época. A luta democrática de alargamento das conquistas nos quadros estruturais do sistema do capital, por um lado, se esgotou, e, por outro, resultou em maior subordinação e vulnerabilidade do trabalho, e não acumulação de força e resistência à intensificação da exploração e subordinação pelo capital. Uma luta ofensiva socialista deve predominar diante da luta defensiva, pois a trajetória do capitalismo é insustentável no longo prazo, e nos levará a um beco sem saída, cujo resultado implica a destruição da humanidade.(Mészáros,2002)

III.Preço pago pela classe trabalhadora

⁷ Segundo Mészáros (2002, p.585 - nota 72), "Em tais momentos o confronto social se refere à questão do *controle* [dos sujeitos reais da produção] enquanto tal, e não meramente à porção relativa do produto social total que caberá às classes em luta."

Analisando-se a tendência atuante sobre o trabalho, neste quadro de crise estrutural e tudo que ela implica, veremos que os dados não são nada animadores. Depois de um período de expansão do consumo incluindo parcela significativa dos trabalhadores, o que poderia, de acordo com a crença democrática, ter levado a avanços crescentes do trabalho em relação ao capital e a uma sua maior participação nos postos de comando político do sistema da democracia burguesa, o que temos é uma distribuição crescente da pobreza e da miséria pelo resto do mundo, a migração de trabalhadores precarizados da periferia para o centro do capitalismo, a redução dos salários daqueles empregados gerando uma camada de "homens pobres porque trabalham", a perda dos direitos sociais, a concentração da renda e do capital, o desemprego crônico, a destruição da natureza, a eliminação de populações supérfluas (excedentes) para o capital, etc.

De acordo com estudos sobre os gastos sociais e a crise, constata-se que os "gastos sociais diminuem exatamente nos momentos em que os pobres são mais afetados pela recessão." , (Soares, 2003, p.64) Enquanto, do lado do capital verifica-se a concentração da riqueza, ainda maior nos momentos de crise.

A desigualdade social mundial se revela, e se vê agravada, ao se constatar que a "renda média nos vinte países mais ricos é 37 vezes maior que a dos vinte mais pobres, e essa brecha duplicou nos últimos quarenta anos." (Soares, 2003, p.65) Em termos da riqueza mundial tem-se que 1% da população mundial detém 40% do total de riqueza produzida no planeta.⁸

As condições mínimas de sobrevivência são retiradas progressivamente da população pobre do mundo, uma vez que, no ano de 2009, "Em vez de diminuição, pela primeira vez, rompeu-se a marca de 1 bilhão de famintos no planeta, 15% da população total", de acordo com dados divulgados pela ONU, em reunião do G8⁹.

Se pudermos sumariar as condições sociais de amplas parcelas da população mundial, as quais para o sistema do capital só comparecem como força de trabalho, quando necessárias, e consumidores, na escala determinada pela produção destrutiva do capital em tempos de crise estrutural, temos que à velha pobreza historicamente constituída desde a origem histórica do sistema, soma-se a nova

⁸ Dados publicados na Folha de São Paulo, caderno A, em 25 de Março de 2009.

⁹ Dados publicados na Folha de São Paulo, caderno B, em 20 de Abril de 2009.

pobreza (desempregados, precarizados, terceirizados, trabalhadores mal remunerados, imigrantes, idosos, etc.¹⁰)

Em nenhuma medida o imperativo de valorização crescente do capital foi prejudicado pelas conquistas sóciopolíticas dos trabalhadores, nem antes em sua fase de ascendência, nem agora no enfrentamento da crise estrutural. Este é o *modus operandi* do capital – a busca de autovalorização em si mesma, para além das necessidades humanas, ou melhor, colocando em risco a própria existência da humanidade.

As desumanidades produzidas, como contraface do progresso produtivo no decorrer do desenvolvimento do sistema do capital, apareciam como disfunção da esfera da distribuição da riqueza, estimulando aqueles que acreditavam na possibilidade de correção política de tais disfunções, em favor dos interesses da classe trabalhadora. As condições favoráveis da fase de crescimento do sistema possibilitaram o envolvimento dos trabalhadores, através das lideranças e organizações dos trabalhadores, no compromisso socialdemocrata de negociação de classe, levando-os a abrir mão da necessária combatividade da luta entre classes antagônicas. Ao mesmo tempo, a mistificação do compartilhamento dos ganhos do crescimento entre o capital e o trabalho levou-os a pagar um alto preço: com a ofensiva neoliberal a reação operária resultante deste processo de rendição não passou de "concessão sobre concessão, quando não cederam em tudo." (Mandel, 1994, p.232)

Os trabalhadores perderam, e continuam a perder; o capital conseguiu se impor sem uma oposição política equivalente à gravidade das medidas opressivas contra o trabalho, na base material da produção, amparadas pelo autoritarismo das mediações políticas e de seu Estado. Reafirmou-se o fundamento da própria produção capitalista – "capitalistas de um lado, assalariados de outro"¹¹ – uma relação em que o trabalho encontra-se subordinado ao capital, não podendo livrar-se dele, enquanto permanecer vigente o quadro estrutural da produção de mercadorias. Essas determinações causais definem o espaço para as reivindicações e conquistas dos trabalhadores, mas sempre no sentido de preservar a relação de dependência (capital e trabalho abstrato), jamais no sentido da eliminação da relação de

¹⁰ Ver Vasapollo (2004) ao analisar o aparecimento das novas condições de trabalhadores pobres (*deserving poor, working poors*, etc.).

¹¹ Ver Marx (1984, p.189).

exploração. Os imperativos da produção de valor extraído da força de trabalho é que definem a margem da distribuição da riqueza, e não o contrário. No momento em que a acumulação de capital necessitou recompor sua taxa de lucratividade, como imposição da crise estrutural, nada impediu a ofensiva do capital sobre o trabalho, impondo-lhe a retirada dos ganhos anteriormente concedidos.

Não podemos nos furtar de reconhecer a fragilidade das conquistas realizadas quando confrontadas com os interesses do capital. Ou de se procurar as razões que levaram as classes trabalhadoras a se submeterem às condições de vida e trabalho ainda mais desumanas e extenuadoras no decorrer do séc.XX (o século da hegemonia democrática e dos direitos sociais). Encarar a necessidade de uma crítica rigorosa das estratégias utilizadas até o momento em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores é um requisito fundamental para nos capacitarmos a intervir na história de posse da "arma da crítica".

IV. Serviço Social e a hegemonia democrática em crise

Não podemos analisar tais desenvolvimentos desastrosos da luta mais recente contra o capital como algo acidental, desvio de percurso, ou como de curta temporalidade. O que se afirma, a partir dos fatos que incidem pesadamente na vida cotidiana dos trabalhadores, é uma tendência destrutiva e incontrolável de sua lógica acumulativa, pois dissociada das necessidades humanas. O capital tem inovado suas estratégias de exploração adequando-as a cada momento histórico específico. No entanto, as forças do trabalho continuam presas às estratégias de expansão dos direitos e humanização do capitalismo, guiadas pela velha ilusão de ser capaz de domesticar o capitalismo¹².

¹² No caso brasileiro muitos embarcaram no projeto neoliberalizante do governo Lula e do PT, acreditando que se pudesse transformar o Estado em defensor dos interesses de classe dos trabalhadores, em oposição aos interesses do capital. Os assistentes sociais sofreram o efeito político direto desta concepção de democratização progressiva do Estado; muitos envolveram-se nas formulações de políticas e projetos, e em cargos, no novo governo. Do ponto de vista social e político, os resultados desta experiência foram desastrosos, se observamos o objetivo focalista e mercantil das políticas sociais e a dependência assistencialista gerada pela ação social do Estado do governo Lula. Para o Serviço Social, os danos teóricos e prático-profissionais não foram ainda totalmente equacionados, mas pode-se afirmar que tem provocado sérias preocupações sobre a hegemonia, para alguns, da estratégia dos avanços democráticos via reformas, e, para outros, do projeto ético-político da profissão visto sob ameaça de uma crise. (Braz, 2009)

Os objetivos emancipatórios do trabalho devem exigir equivalente adequação de suas estratégias de luta num cenário de crise estrutural que expõe à superfície a incontornabilidade da lógica do capital, conforme análise de Mészáros (2002).

Tais determinações estruturais do capitalismo maduro e o derrota da estratégia político-social anteriormente predominante, ao invés de provocar um movimento de atualização crítica na produção teórica do Serviço Social, diante dos desdobramentos da crise estrutural do capital e os impasses gerados para a luta pela eliminação da desigualdade social, o que se observa é que o Serviço Social se encontra teoricamente paralisado diante da crise do capital e de seu Estado. Repetindo as velhas fórmulas da luta por direitos, agora, na crise, pela recuperação dos direitos sociais universais perdidos, num movimento saudosista da era keynesiana que não mais poderá se constituir no presente, uma vez que os requisitos essenciais da sociedade da afluência desapareceram com a crise estrutural.

Parece-nos que diante da força dos acontecimentos e das medidas implementadas pelo sistema como reação ao agravamento da crise, a ação profissional optou por uma atitude de ajuste adaptativo aos limites impostos pela realidade em crise e se agarrou aos velhos conceitos de políticas sociais reformadoras e de Estado (espaço político em disputa pelas classes), como únicos meios possíveis de avanço, abrindo mão da capacidade, já demonstrada em outros momentos de sua história, de criativa produção teórica e de crítica social profunda.

O que temos observado nos leva a crer que a produção teórico-crítica do Serviço Social se esgotou na esfera da emancipação política¹³, porquanto restrita à conquista de direitos sociais e políticos, ainda que sustentados pela desigualdade econômica, e, surpreendida pela ineficácia das conquistas sociais no sentido da eliminação da desigualdade social e da pobreza, abandonou a exigência histórica da emancipação humana e da superação do capital como objetivos norteadores das ações no presente.

Dentro do quadro de reprodução destrutiva que caracteriza a atual fase de desenvolvimento do sistema do capital, a luta contra a "desigualdade estruturalmente imposta", sem "a qual [o capital] não poderia funcionar nem um só dia", só pode ter algum êxito se orientada por uma alternativa hegemônica que

¹³ De acordo com a formulação de Marx (2009) no texto A Questão Judaica.

proponha uma "mudança estrutural fundamental no interesse da sobrevivência humana." Coloca-se uma "necessidade vital" de se instituir uma "ordem humanamente satisfatória de igualdade social substantiva".(Mészáros, 2006)

A luta democrática por direitos, como finalidade emancipatória, encontrou seu limite na própria base material do sistema em crise estrutural. A disputa por espaços no interior do poder político estabelecido pelo interesse dominante do capital, visando à acumulação de forças do trabalho através de um jogo de forças políticas sempre sacramentado pelos instrumentos jurídico-legais acordados no interior do Estado do capital, demonstrou-se um fracasso no decorrer do século XX. A legitimidade das conquistas democráticas alcançadas (reconhecidas) tinha como garantia o não questionamento, pelas forças do trabalho, dos fundamentos estruturais da ordem social estabelecida. Devido a isso se pôde conviver com a desigualdade substantiva e reproduzir formas adequadas de igualdade formal, expressas por ganhos materiais parciais e direitos sociais universais, embora somente enquanto convinha ao capital.

No Serviço Social, houve um predomínio de longa duração desta estratégia democrática como orientadora do combate à desigualdade social e aos problemas sociais decorrentes da exploração do trabalho pelo capital. A pujança e criatividade da produção teórico-crítica acompanhou, nos anos 90, o processo de crescimento da luta democrática pelo fim da ditadura militar no Brasil, levando-o a definir como finalidade estratégica de seu projeto ético-político a construção de uma sociedade igualitária e sem exploração. Contudo, no decorrer do tempo, essa finalidade foi se consubstanciando sob o predomínio da luta pela conquista de direitos e pela participação nos órgãos decisórios do Estado capitalista, subordinando seus princípios emancipatórios aos limites estruturais da ordem do capital, alimentando a ilusão de se introduzir reformas substantivas¹⁴ (com objetivos humanamente determinados) no sistema do capital, como etapa para o avanço emancipatório e a construção de uma sociedade igualitária e socialista.

Ainda que àquela época, no Brasil, tal projeto e seus resultados pudessem ser questionados, as últimas décadas apresentam elementos ainda mais contundentes sobre a derrota da estratégia reformista. Basta se fazer um balanço da

¹⁴ Há que se considerar a existência de posições teóricas, no interior do Serviço Social, divergentes daquelas que defendem uma estratégia de reformas e da possibilidade de se exercer controle político sobre o capital. No entanto, constitui uma minoria, ainda que teoricamente significativa, diante da hegemonia democrática e das variações conservadoras da defesa dos direitos.

situação social do trabalho em relação ao capital no mundo globalizado (conforme dados acima referidos), e as tendências destrutivas que o sistema afirma tanto nos países centrais e quanto nos países periféricos.

O estreitamento da luta social em favor do trabalho e a redução dos recursos da riqueza social a eles destinados, por meio de políticas sociais cada vez mais mercantis, resultantes da ofensiva neoliberal do capital em crise estrutural, deveria nos levar a rever as estratégias e os fundamentos que sustentaram o projeto de luta democrática obediente aos limites estruturais do sistema e a margem de atuação política formal no Estado. Ao contrário de nos levar a rever a finalidade emancipatória, tão atual como antes, é urgente uma crítica da concepção política que subestimou a força material e os imperativos incontroláveis da autoreprodução do capital, inabalável diante de uma luta subordinada ao equilíbrio de forças, nos espaços legais, sustentadoras da ordem do capital.

Qualquer conquista parcial de direitos, no quadro de crise estrutural, tem como obstáculo final o grau de impacto que provoca na reprodução ampliada do capital, a ser mantida a todo custo. Este limite está cada vez mais estreito, em razão das metas de acumulação em descenso. Mesmo que o sistema alcance um patamar de recuperação (crescimento) razoável, as demandas sociais não poderão ser atendidas nos níveis anteriormente alcançados, pois o desemprego crônico deve continuar a se afirmar, alimentando a insatisfação social e a luta de classes.

Não podemos ignorar essas mudanças no curso da exploração/realização da acumulação capitalista e os novos desafios impostos à luta emancipatória. Como tem feito o capital, as forças que defendem o trabalho têm que rever e atualizar suas estratégias de luta parcial, superando os limites estruturais postos pelo sistema, entendendo que qualquer avanço significativo só será obtido com a superação da ordem do capital, que a tudo domina e subordina, não deixando nenhuma margem de reprodução de formas alternativas de vida social humanamente determinadas. A luta por direitos sociais deve estar articulada à luta contra o capital, compreendendo as esferas política e de reprodução material. Impõe-se a política de confronto e não de negociação, de autonomia e não de subordinação castradora às vias legais e parlamentares. Estes parâmetros é que devem orientar os movimentos cotidianos, e de curto prazo, da luta de classes. Não são os limites impostos pela ordem dominante que devem moldar as formas de luta, ou inibir a capacidade criativa e desafiadora da classe trabalhadora.

Os impasses cada vez maiores enfrentados pela prática profissional, na busca de melhorias imediatas à vida da classe trabalhadora, não são produzidos pelo erro ou acerto dos instrumentos e políticas utilizados. Tais determinações agravantes dos problemas sociais encontram seu solo explicativo nas necessidades impostas pelo capital em sua busca incessante à expansão e acumulação. Com a crise estrutural novos sacrifícios são impostos à classe trabalhadora, dada sua relação de dependência e subordinação ao capital. Não são problemas pertinentes à disjunção entre teoria e prática profissionais, mas postos à sociedade como um todo, na qual a ação profissional tem apenas um papel residual no atendimento paliativo e atenuador dos males sociais oriundos de relações causais que extrapolam as profissões.

Isso não quer dizer que podemos nos eximir das responsabilidades sociais e profissionais no enfrentamento dos males sociais produzidos e reproduzidos pelo capital. Todos os esforços devem ser empreendidos neste sentido. Todavia, a vontade política¹⁵ deve reconhecer os limites da objetividade material do capital e se capacitar a melhor enfrentá-lo, o que significa, nos tempos atuais, em lutar pela sua superação e não pela sua humanização, mero desejo impossível de se alcançar dada à própria imanência alienada e desumana da ordem sociometabólica dominante.

Diante do fracasso do projeto democrático em acumular forças por meio das conquistas sociais da classe trabalhadora, exposto pela crise estrutural e pela ofensividade do capital em busca da recuperação da lucratividade em queda, nos parece que o Serviço Social entrou num certo compasso de espera na prática profissional, repetindo os velhos instrumentos e políticas de intervenção, e caiu numa letargia teórica expressa num certo torpor diante da urgência de uma crítica teórica atualizada pelos novos desafios postos pela crise.

Nos eventos científicos e nas revistas científicas do Serviço Social têm predominado as mesmas abordagens das políticas sociais setoriais (passíveis de ajuste e de melhores resultados), da crítica ao neoliberalismo (como algo pontual e passageiro), de condenação ao autoritarismo do Estado (visando à recuperação de sua "vocalização" democrática), da ineficácia do controle social (propondo-se os ajustes

¹⁵ Ver Marx (1995, p.82) no Glosas Críticas, quando diz que "quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e,consequentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais."

necessários). A crise estrutural aparece apenas como pano de fundo, e não como determinante fundamental da reorientação da estratégia da exploração capitalista, que rebate na produção e distribuição de riqueza e no ordenamento autoritário da sociedade pelo Estado.

A produção teórica atual carrega um tom de melancolia diante das perdas não compreendidas. Ou ainda, visam à recuperação das vantagens da era keynesiana, já extintas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo em crise. Nas palavras de Mészáros (2009, p.107), "volta-se a recitar vezes sem conta o esconjuro, podre de velho, do 'keynesianismo de esquerda'¹⁶. Mas não pode haver nada que lhe confira realidade".

Perdeu-se a capacidade de análise das novas condições político-social-econômicas que conformam o capitalismo contemporâneo, e portanto, de compreender a base estrutural das novas tendências de agravamento da questão social, bem como de antecipar respostas às questões atuais.

Devemos retomar o que Netto (1996) denominou, em texto fundamental sobre o Serviço Social da segunda metade da década de 1990, de coragem intelectual, reconhecendo nossas dificuldades teóricas, ao mesmo tempo em que devemos desenvolver as potencialidades da teoria social moderna, de inspiração marxiana, sendo assim possível a todos "tornar inteligíveis e apreender o sentido das transformações societárias em curso." (Netto, 1996, p.119) Essa exigência se recoloca com extrema atualidade e urgência históricas, considerando a desvalorização da vida humana e a destrutividade dos recursos naturais operados pelo sistema do capital em ritmo crescente e em escala planetária.

Bibliografia:

Braz, Marcelo. "A Hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos." *In: Revista Inscrita – nº 10*. Brasília: CFESS, 2008.
Gorz, Andre. *Misérias del Presente, Riqueza de lo Possible*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1998.

¹⁶ Uma contradição em termos, pois o keynesianismo tem como fundamento a preservação do sistema do capital e do individualismo liberal. "Ainda que contrária ao *laissez-faire*, mas longe de ser antiliberal, a solução keynesiana se propunha a tratar das crises capitalistas (...) de um modo que salvaguardaria o sistema pelo aumento – estritamente subsidiário e complementar – do envolvimento do Estado no processo de reprodução econômica, sem o qual o autor [Keynes] temia o pior para as democracias financeiramente responsáveis." (Mészáros, 2002, p.731)

- Marx, Karl. O Capital - Vol.I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. O Capital - Vol.I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. Para a Questão Judaica. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Mészáros, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editora, 2002.
- _____. "Bolívar e Chávez: O Espírito da Determinação Radical". *In: Margem Esquerda* – nº8. São Paulo:Boitempo Editora, 2006.
- _____. A Crise do Capital. São Paulo: Boitempo Editora, 2009.
- Netto, José Paulo. "Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". *In: Serviço Social e Sociedade* – nº 50. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- Soares, Laura Tavares. O Desajuste Social. São Paulo: Editora Record, 2003.
- Vasapollo, Luciano. "Pobreza típica...de trabalho atípico". *In: Revista Outubro* – nº 11. São Paulo:Instituto de Estudos Socialistas, 2004.
- Paniago, Maria Cristina S. "As Lutas Defensivas do Trabalho: contribuições problemáticas à emancipação." *In: Serviço Social e Sociedade*, nº76. São Paulo: Cortez Editora, Nov.2003.